

Ministério da Saúde – MS
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo
Econômico-Industrial da Saúde – SECTICS
Departamento de Economia e Desenvolvimento em Saúde – DESID
Coordenação de Ações Estruturantes em Economia da Saúde – CAESA
Rede de Economia e Desenvolvimento em Saúde

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DA REDE DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE (REDE ECOS)

Aos vinte dias do mês de agosto de 2025, às 09 horas, reuniram-se na Sala 07, 1º andar da Fiocruz Brasília, situada na Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A – Brasília/DF, CEP: 70.904-130, os membros do Comitê Gestor da Rede de Economia e Desenvolvimento em Saúde, sob a condução da Coordenadora da Rede Ecos, Jamyle Calencio, que solicitou uma breve apresentação dos participantes presentes de forma remota e presencial.

A Diretora Natália Nunes Ferreira Batista (DESID/MS) fez a abertura da Reunião ressaltando sua relevância para a definição dos eixos prioritários de atuação da Rede Ecos, destacando a necessidade de estabelecer prioridades realistas, considerando o período de execução do plano de trabalho (2025-2026).

1. Apresentação do Plano de Trabalho (esboço)

Na sequência, a Sra. Jamyle Calencio apresentou a minuta de Plano de Trabalho Anual da Rede de Economia e Desenvolvimento em Saúde (agosto/2025 – agosto/2026), estruturada a partir das discussões registradas nas atas das 1ªs reuniões do Comitê Gestor, das Câmaras técnicas do Banco de Preços em Saúde e do Sistema de Informações sobre Orçamentos Público em Saúde. A minuta do plano de trabalho apresentava seis eixos estratégicos: fortalecimento da economia da saúde no SUS por meio da elaboração da Política Nacional de Economia da Saúde (PNES); comunicação e sensibilização em economia da saúde; aprimoramento dos Programas de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL); produção de subsídios técnico-científicos sobre financiamento e orçamento do SUS; estudos sobre potenciais gastos em saúde, incluindo judicialização, mudanças climáticas e terapias avançadas; e melhorias nas compras públicas no âmbito do SUS.

O esboço do plano previa atividades como oficinas regionais, estudos técnicos, propostas de aprimoramento de instrumentos de gestão e estratégias de fortalecimento institucional, visando à sustentabilidade do SUS e ao cumprimento das competências da Rede Ecos.

2. Informe acerca dos formulários de solicitação de ingresso na Rede ECOS

Na sequência, comunicou-se que os formulários de solicitação de ingresso na Rede Ecos recebidos foram revisados em sua integralidade, sendo promovidas as correções pertinentes nos casos em que se verificou a necessidade de aprimoramento.

3. Contribuições dos participantes sobre o Plano de Trabalho

Em continuidade, a Coordenadora Jamyle Calencio passou a palavra aos participantes, possibilitando a exposição de considerações e sugestões relativas à minuta do Plano de Trabalho, das quais decorreram importantes contribuições para o fortalecimento do documento.

Durante o espaço destinado às manifestações, a Sra. Fabíola Supino (Ipea) ressaltou a necessidade de que alguns eixos de atuação apresentados no Plano de Trabalho serem priorizados, destacando, contudo, a ausência do tema referente à gestão de custos, que considerou essencial para a consolidação das ações da Rede.

Na mesma linha, a Sra. Blenda (Conasems) observou que a Rede Ecos não dispõe, no momento, de capacidade operacional para executar todos os eixos apresentados, razão pela qual seria oportuno reavaliar a abrangência do Plano, priorizando determinados eixos e agregando outros. Reforçou, ainda, que a gestão de custos deve ser contemplada expressamente no documento.

O Sr. Dirceu (SAPS/MS) destacou a importância dos subsídios técnicos relacionados ao orçamento, da gestão de custos e das compras públicas, ressaltando que estas últimas são essenciais, uma vez que mobilizam a indústria nacional.

O Sr. Francisco Fúncia (Abres) manifestou concordância com as ponderações anteriores, reiterando a importância de que haja uma definição clara de prioridades entre os eixos propostos, inclusive destacou que a Política nacional de economia da saúde deve ser eixo prioritário.

Na sequência, o Sr. Ricardo Vidal (CGES/Desid/MS) destacou que os Eixos 3 (Fortalecer os programas de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL)) , 4 (Produzir subsídios técnico-científicos sobre financiamento e orçamento do Sistema Único de Saúde) , 5 (Produzir subsídios técnico-científicos sobre potenciais gastos em saúde (terapias avançadas, impacto das mudanças climáticas e judicialização na saúde mental) e 6 (Compras públicas no âmbito do SUS) apresentam elevada convergência temática, motivo pelo qual poderiam ser consolidados em um único eixo, conferindo maior racionalidade e objetividade ao Plano.

A Sra. Gabriela Rocha (DECEIS/MS) sugeriu que o eixo 3 (Fortalecer os programas de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL), conforme apresentado, poderia não constituir um eixo independente, mas sim estar

relacionado ao fortalecimento de um sistema de preços praticados, robusto e confiável. Reforçou, igualmente, a necessidade de aprimorar os sistemas de informação para dar maior consistência às análises e decisões.

Na sequência, o Sr. Marcos Nascimento (Fiocruz) manifestou-se quanto à importância do eixo de compras públicas, defendendo que este poderia ser associado diretamente aos PDP e PDIL e à questão da judicialização, integrando-os em um mesmo eixo. Ressaltou que, enquanto Plano, o documento pode conter diretrizes gerais, que posteriormente poderão ser detalhadas em projetos específicos. Observou, ainda, que o Eixo 1 (Fortalecer a economia da saúde no SUS, por meio da elaboração da Política Nacional de Economia da Saúde (PNES) deve ser entendido não apenas como um eixo de atuação, mas como orientador geral das ações da Rede. Em relação ao Eixo 2 (Fortalecer a comunicação e sensibilização em economia da saúde), considerou que este poderia ser tratado de forma transversal, não sendo necessário, neste momento, aprofundar sua execução. Por fim, sugeriu que os eixos 4 (Produzir subsídios técnico-científicos sobre financiamento e orçamento do Sistema Único de Saúde) e 1 (Fortalecer a economia da saúde no SUS, por meio da elaboração da Política Nacional de Economia da Saúde (PNES) fossem tratados em conjunto, enquanto os eixos 2 (Fortalecer a comunicação e sensibilização em economia da saúde) e 3 (Fortalecer os programas de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) poderiam ser reorganizados sob uma mesma perspectiva.

O Sr. Rafael Alba (OPAS) destacou que o Eixo 1 (Fortalecer a economia da saúde no SUS, por meio da elaboração da Política Nacional de Economia da Saúde (PNES) deve funcionar como diretriz estruturante, a partir da qual poderão ser criados grupos de trabalho específicos. Em relação ao Eixo 5 (Produzir subsídios técnico-científicos sobre potenciais gastos em saúde (terapias avançadas, impacto das mudanças climáticas e judicialização na saúde mental), defendeu a realização de estudos de caso, em especial sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde.

O Sr. Marcelo de Jesus (NES Distrito Federal) acrescentou que a temática da gestão de custos é de grande relevância e poderia ser incorporada no âmbito do Eixo 4 (Financiamento e Orçamento). Ressaltou, ainda, a pertinência de conferir prioridade ao Eixo 1 (PNES), dado seu caráter estruturante.

Houve consenso entre os participantes de que o Plano de Trabalho, embora constitua um marco organizador para a atuação da Rede, terá sua efetividade condicionada à articulação com gestores locais e à integração com demais políticas públicas de saúde.

Na continuidade dos debates, o Sr. Daniel Emílio (CGAFB/DAF) ressaltou a relevância do eixo de compras públicas, considerando-o estratégico para a consolidação das ações da Rede. Observou, ainda, a importância do Eixo 4 (Produzir subsídios técnico-científicos sobre financiamento e orçamento do Sistema Único de Saúde), voltado à produção de estudos, e enfatizou que o Eixo 1 (Fortalecer a economia da saúde no SUS, por meio da elaboração da Política Nacional de Economia da Saúde (PNES), relativo à Política Nacional de Economia da Saúde (PNES), deve necessariamente envolver os estados em sua discussão, por compreender que essa abordagem federativa poderá conferir maior perenidade às ações.

Na sequência, a Sra. Laura Segall (SE/MS) destacou a importância de priorizar o tema das emendas parlamentares. Ressaltou que o próprio Ministério da Saúde já procedeu à normatização dessas emendas. Além disso, entende ser necessário a priorização do eixo 4 proposto.

O Sr. Francisco Fúncia (Abres) ponderou que não seria adequado fragmentar excessivamente as ações, defendendo que a execução de algumas em detrimento de outras somente faria sentido se houvesse uma integração sob uma perspectiva mais ampla, de modo a evitar a dispersão de esforços.

O Sr. Paulo Vaz (DEMAS/SE/MS) manifestou-se favoravelmente à elaboração da PNES, entendendo que esta deve abrigar o Programa Nacional de Gestão de Custos em seu escopo. Defendeu, ainda, que a PNES seja estruturada sob a lógica do federalismo, de forma que os demais atos, programas, planos, estratégias e ações da área de economia da saúde estejam vinculados a ela, garantindo coerência e alinhamento nacional.

A 1ª Reunião Extraordinária teve sua retomada às 14h, momento em que foi dada continuidade às discussões relativas ao Plano de Trabalho. Durante o debate, a apresentação foi sendo ajustada em tempo real, o que ensejou os seguintes aperfeiçoamentos.

Os eixos estratégicos foram renomeados objetivos estratégicos e atividades para a atuação da Rede, em consonância com suas competências.

Por fim, foram elencados 4 objetivos estratégicos, quais sejam:

O **Objetivo Estratégico 1** refere-se à elaboração da minuta da Política Nacional de Economia da Saúde (PNES), contemplando atividades como: realização de oficinas para validação do Relatório da Análise de Impacto Regulatório (AIR) e da Análise Ex Ante; construção do esboço inicial da PNES; realização de cinco oficinas regionais para coleta de contribuições; encaminhamento do documento consolidado para consulta pública; e, por fim, análise das contribuições recebidas, com os ajustes necessários, a fim de submetê-lo às instâncias colegiadas do SUS.

O **Objetivo Estratégico 2** trata do fortalecimento da comunicação e sensibilização em economia da saúde, incluindo a construção de um Plano de Comunicação Integrado; a definição de temas para peças informativas e campanhas públicas, a serem difundidas por meio do Ministério da Saúde, do Canal Saúde/Fiocruz, da TV Conasems e de outros veículos institucionais; e a organização de eventos como prêmios, jornadas, seminários e congressos, voltados à difusão e valorização da temática.

O **Objetivo Estratégico 3** visa à produção de subsídios técnico-científicos em temas estratégicos da economia da saúde, abrangendo a construção de uma agenda de priorização de estudos; o desenvolvimento de pesquisas sobre o arcabouço fiscal, a reforma tributária, as emendas parlamentares da saúde, a alocação de recursos, a judicialização, o impacto econômico das mudanças climáticas no setor saúde, o envelhecimento populacional, além das compras públicas para o desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) e compras sustentáveis, bem como custos em saúde. Nesse objetivo, estão previstas ainda a organização

de diretrizes metodológicas para os Núcleos de Economia da Saúde e a elaboração de guia sobre compras públicas sustentáveis no âmbito do SUS.

O **Objetivo Estratégico 4** volta-se ao fomento do uso das ferramentas da economia da saúde, compreendendo ações de fortalecimento da Gestão de Custos (PNGC/ApuraSUS, entre outros); apoio ao aperfeiçoamento do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e do Banco de Preços em Saúde (BPS); incentivo a estratégias para ampliar o registro e qualificar informações nos sistemas da economia da saúde; elaboração de indicadores a partir desses sistemas; e promoção da articulação intersetorial para utilização dos indicadores como subsídio à formulação de políticas e à tomada de decisão.

4. Encaminhamentos e próximas ações

Ao final das discussões, foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- Incorporar ao texto do Plano de Trabalho as contribuições apresentadas pelos membros, com ajustes específicos conforme acima destacado;
- Agendar reunião virtual com todos os membros da Rede Ecos para apresentar o plano de trabalho e ver o interesse dos membros em contribuir com cada objetivo estratégico;
- A partir do interesse dos membros, estruturar grupos de trabalho para início das atividades;
- Anexar a presente ata o Plano de Trabalho ajustado.

Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.